TRABALHOS COMPLETOS

GT 1 – CONFLITOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E TERRITORIALIDADES

Sessão única

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA EM TERRAS DO AGRONEGÓCIO: ESTUDOS SOBRE O INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Amanda dos Santos (UFSCar) dossantos_amanda@hotmail.com Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar) joelson@ufscar.br

Resumo: Este artigo apresenta um projeto de pesquisa, em fase inicial, como foco a produção e reprodução social camponesa em áreas hegemonizadas pelo agronegócio. Além de apresentar sucintamente os objetivos da pesquisa, o artigo também problematiza a questão agrária, na medida em que busca, a partir de um estudo de caso, demonstrar que além de não estar superada, a reforma agrária ainda pode ser uma política pública válida para a melhora das condições de vida dos trabalhadores e o enfrentamento da pobreza.

Palavras-chave: reforma agrária; agronegócio; assentamentos rurais; campesinato.

Introdução

Este artigo é um esforço de síntese de um projeto maior que se encontra em sua fase inicial. Propusemo-nos para problematizar a visão hegemônica de desenvolvimento agrícola, apontando que a produção e reprodução social camponesa devem ser pensadas para além da lógica da produtividade e, especialmente, para além do entendimento da terra como mero fator de produção. Nossas inferências, serão feitas a partir de uma realidade específica, a saber: o assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) da Barra, em Ribeirão Preto, estado de São Paulo, município emblemático para ser estudado, na medida em que é internacionalmente conhecido como capital nacional do agronegócio.

No lugar comum das ciências sociais, é frequente o desenvolvimento econômico da agricultura, com toda a sua diversidade social, ser entendido apenas como agronegócio, reduzindo sobremaneira o grau de complexidade que é inerente a este conceito. Neste sentido, enquanto nota introdutória necessária, o agronegócio é entendido aqui de modo bem diferente do conceito apresentado por Davis e Goldberg (1957), segundo o qual seria a soma total das

operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas.Não o reduziremos às somatórias das atividades agrícolas divididas em "antes da porteira" (insumos, bens de produção e serviços para a agropecuária), "dentro da porteira" (produção agropecuária em si) e, "depois da porteira" (processamento agroindustrial e sua distribuição), mesmo sendo esta a linha hegemônica dos estudos que dizem sobre agronegócio e sua importância.

Quando o agronegócio é entendido como mera derivação do *agrobusiness* – com o *farmer* (empresário rural) sendo o responsável pelas atividades agrícolas (primárias, secundárias e terciárias) - seu avanço é considerado a solução dos problemas agrícolas e agrários do país, mas que passa a representar um setor que não leva em consideração as diferentes realidades sociais dos produtores, homogeneizando-os, além de considerar o agronegócio e seu avanço como a solução dos problemas agrícolas e agrários do país.

Acreditamos que esta visão não pode ser tão objetiva assim. Ao observarmos o modelo de desenvolvimento rural no Brasil hoje, verificamos que, em meio a um processo dinâmico de modernização e simbiose da agricultura com o capital financeiro, houve, ao mesmo tempo, concentração fundiária, violência no campo e, entre outros fatores, manutenção dos elevados índices de pobreza rural.

1. Nossa problemática: o agronegócio

Percebemos o agronegócio como uma extensão do latifúndio tradicional, monocultor, superexplorador de força de trabalho, que no período neoliberal sentiu os impactos das alterações no padrão de acumulação do capitalismo, transformando-se em um apêndice da indústria, superando a lógica dos complexos agroindustriais rumo à fase na qual o capital financeiro passa a ser decisivo no processo de acumulação de capital na agricultura. Em síntese, aceitamos, portanto, que o agronegócio é a associação entre o latifúndio, o capital agroindustrial e o capital financeiro. É a forma como a economia capitalista trabalha no campo na busca por lucros cada vez maiores, sendo o capital financeiro o articulador desse processo de acumulação (FERNANDES, 1999 e CARVALHO, 2011).

Entretanto, é patente que mesmo em regiões de forte predomínio do agronegócio, como a região de Ribeirão Preto, existe forte desigualdade econômica e social presente no campo, acompanhada de expressiva luta pela terra por parte de movimentos sociais camponeses organizados.

Enquanto digressão necessária, podemos afirmar que os primeiros camponeses no

Brasil – um conjunto composto de portugueses pobres, indígenas e africanos – fizeram parte da formação social brasileira, mas com o processo de integração da economia nacional tanto em termos internos quanto internacionais e o início do processo de industrialização, as terras camponesas foram se reduzindo de modo significativo (WELCH, 2009).

Os privilégios concedidos aos grandes latifundiários que sempre estiveram bem representados no Estado ratificaram o latifúndio monocultor de produtos exportáveis, o que, por seu turno, comprometeu sistematicamente a produção e reprodução social camponesa no Brasil (WELCH, 2009, p. 24). O campesinato entendido, em termos mais gerais, como categoria analítica e histórica, "é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo" (ibidem, p. 9).

Em que pese a multiplicidade de formas sociais que podem ser identificadas como camponesas é importante termos claro algum norte que nos ajude a qualificar o camponês e este sentido pode ser buscado na mão de obra familiar ou, nas palavras do professor Shanin, na economia familiar: "a economia familiar é um elemento mais significativo para compreendermos quem o camponês é do que um modelo geral de campesinidade" (2008, p. 34). Em outras palavras, campesinato só pode ser definido em termos dinâmicos, ou seja, camponês é aquele que faz e não aquele que tem ou que é. Como diria Teodor Shanin (2008): camponês é, antes de tudo, um modo de vida.

Diante do exposto, entender o histórico processo de apropriação privada do território e as formas de organização social que derivaram desta apropriação é condição fundamental para que se possa compreender o atual estágio do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro e suas inter-relações com a economia e a sociedade de modo geral.

Como a natureza deste artigo é o de apresentar um trabalho em fase inicial de desenvolvimento, cabe dizer que o tema central do projeto é pensar a produção e a reprodução social camponesa em territórios hegemonizados pelo agronegócio, notadamente no município de Ribeirão Preto, em São Paulo. Este recorte metodológico não foi aleatório, pois é nele que podemos perceber que o desenvolvimento das forças produtivas se consolidou, gerando grandes cadeias agroindustriais, que, segundo Elias (1996) se deram a partir do incremento científico-tecnológico com suas patentes alterações na quantidade de trabalho necessário, o que, por seu turno, alterou a composição técnica e orgânica do capital.

O município de Ribeirão Preto é considerado um dos polos agroindustriais mais importantes do país, porém, é muito grande a desigualdade social no meio rural, e essa é marcada pela luta pela terra, organizada por movimentos sociais e sindicais desde a década de

1980 (CARVALHO, 2011).

Nossa proposta visa contribuir, com seus objetivos mais gerais, para reforçar a existência e a atualidade da questão agrária nacional e sua não resolução no Brasil, caracterizado pela agricultura moderna, diversificada e rentável, convivendo mesmo que de modo não pacífico com uma agricultura de caráter familiar muitas vezes arcaica e de subsistência. Os objetivos mais específicos a serem enfrentados em nossa pesquisa se circunscrevem na investigação de se, mesmo diante de uma agricultura dinâmica e moderna, a implementação de uma política de reforma agrária continua sendo importante para a melhoria das condições de emprego e de vida da população rural, bem como verificar as mudanças nas condições de emprego e vida para a população assentada na experiência de assentamento rural localizada no município de Ribeirão Preto, denominada Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Barra.

2. O objeto de estudo propriamente dito

O PDS da Barra localiza-se no município de Ribeirão Preto, tendo sido efetivado em 2007. Esse assentamento apresenta uma dificuldade adicional à sua análise, pois comporta internamente três "divisões internas" decorrentes de conflitos entre os movimentos sociais presentes na área:o Mário Lago, composto por 264 famílias do MST; o Santo Dias, com 160 famílias do Movimento Libertação dos Sem Terra (MLST); e o Índio Galdino, movimento autônomo, que possui 40 famílias⁴. Sua área total é de 1.541,34 hectares, que poderia ser considerada grande, mas, abrigando 464 famílias, acaba por ter complicações de viabilização de atividades agropecuárias pela diminuta área para produção familiar, em torno de 1,6 ha. Em que pese existirem três projetos com movimentos distintos na fazenda, para o INCRA, existe apenas o PDS da Barra. Nosso projeto se deterá apenas na área coordenada pelo MST, denominada pelos assentados de "PDS Mário Lago".

Este assentamento foi planejado, segundo os critérios do INCRA, na ótica do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Para o MST, que organiza mais da metade das famílias assentadas, a ideia é associar o PDS com a Comuna da Terra⁵. O processo de ocupação da Fazenda da Barra, com um número expressivo de famílias, é um marco no aprofundamento da luta pela terra na região de Ribeirão Preto.

_

⁴ Fato importante a observar é que inicialmente o MST era o único movimento na área, contudo, desde 2003, sérios conflitos internos ocasionaram, na linguagem dos militantes um "racha" entre os acampados, nascendo daí os dois movimentos que hoje dividem o PDS com o MST. Para uma descrição detalhada deste processo, ver Firmiano (2009).

⁵ A ideia da Comuna da Terra, formulada pelo MST e em desenvolvimento no PDS da Barra é um diferencial no fortalecimento da vida camponesa, pois nela não são tratados apenas como unidades produtivas, mas também como núcleos de convivência social, responsáveis por atividades comunitárias autônomas. Na Comuna da Terra criam-se núcleos de famílias, próximos à cidade, com uma melhor infraestrutura. As famílias passam a ter uma maior relação social, viabilizando a produção e a ação coletiva.

A Fazenda da Barra, localizada em uma área de recarga do aquífero Guarani, antes destinada à produção de cana-de-açúcar, estava destinada à construção de um condomínio de luxo, dada a sua proximidade com o perímetro urbano, ficando a apenas 10 km do centro da cidade.

Em 2000, a Promotoria de Justiça constatou significativo passivo dano ambiental na área. Diante disto, o INCRA foi acionado pelo Ministério Público para instaurar processo de desapropriação para fins de reforma agrária. No fim de 2004, a área pleiteada pelo MST foi destinada oficialmente para fins de reforma agrária pelo Governo Federal.

Cabe frisar que, para o MST, este assentamento é emblemático, pois no município considerado a "capital nacional do agronegócio", a sua desapropriação se deu justamente pelo não-cumprimento da função social da propriedade rural. Entretanto, o elevado número de famílias assentadas e a reduzida área familiar do projeto comprometeram significativamente o futuro da produção agropecuária no assentamento.

Com a renda agrícola extremamente baixa e a curta distância da área urbana, a renda não-agrícola é fundamental para as famílias do PDS da Barra. A complementação da renda se dá principalmente de duas principais formas: o acesso a programas específicos do Governo Federal, tais como a previdência e o bolsa-família; e pela realização de trabalhos temporários, externos ao assentamento, quando os assentados exercem atividades de pedreiros, serventes, faxineiras etc. (FERRANTE e BORELLI FILHO, 2010).

É fato que o assentamento caracteriza-se mais como um acampamento provisório ou um pré-assentamento, pois não dispõe ainda da infraestrutura necessária para o pleno desenvolvimento de seu potencial. Outro complicador, como já antecipado, é o tamanho dos lotes individuais. As parcelas de terra estão dimensionadas em 1,5 ha para a produção individual, além da área coletiva. Em seu estágio atual, a produção do assentamento produz e reproduz a condição de agricultura de subsistência, o que impele o assentado a buscar trabalhos temporários na área urbana (FERRANTE e BORELLI FILHO, 2010).

As dificuldades são muitas; sim todavia, o assentamento da Fazenda da Barra, datado de 2007, é fruto de um projeto recente e seu pleno desenvolvimento está intrinsecamente ligado à dotação da infraestrutura necessária à produção e reprodução social para além da subsistência, de modo a evitar uma reprodução social à margem da dignidade.

3. Considerações finais

Traçamos, neste artigo, uma síntese de uma proposta de investigação que se encontra em sua fase inicial. Cabe frisar, entretanto, que a pretensão é a de contribuir com o debate da questão agrária no país a partir do exame de uma realidade complexa e contraditória, expressa no estudo de caso, de modo a criar subsídios para a formulação de políticas fundiárias mais

progressistas, socialmente justas e ambientalmente corretas. Sendo assim, espera-se que os resultados do presente projeto possam auxiliar no fornecimento de dados, informações, ou outros instrumentos analíticos capazes de identificar as necessidades e as potencialidades do desenvolvimento rural em geral e dos assentamentos rurais em específico; estimular novas pesquisas no âmbito acadêmico sobre assentamentos rurais e desenvolvimento rural gerando novas pesquisas de iniciação científica e trabalhos monográficos; e dar visibilidade a práticas camponesas exitosas que tragam consigo elementos sinérgicos com benefícios econômicos, sociais e ambientais, contribuindo, assim, para a sua reprodução social, contribuindo para a difusão do conhecimento direcionado à questão agrária brasileira.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, J. G. (2011). Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto. Tese de doutorado. IE/Unicamp.

ELIAS, D. (1996). Meio Tecnico-Cientifico-Informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP). Tese de Doutorado. FFLCH/USP.

FERRANTE, V. B e BORELLI FILHO, D. (2010). O sistema produtivo do Assentamento Mário Lago: Uma experiência de produção agroecológica no centro da indústria agrocanavieira do interior do estado de São Paulo. In: *Anais do 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Socilogia Rural*. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, julho.

FERNANDES, B. M. (1999). Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 – 1999). Tese de Doutorado. FFLCH/USP.

SHANIN, T. (2008). Lições camponesas. IN: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.) *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular.

WELCH, C. A. et al (2009). *Camponeses brasileiros: Leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora Unesp, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.